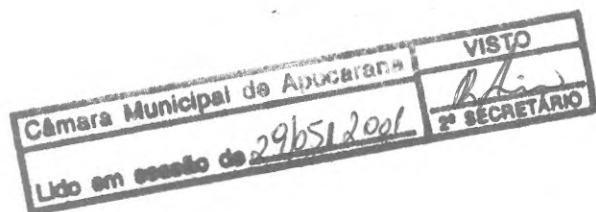




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA  
Estado do Paraná

**PROJETO DE LEI Nº 037/01**



**SÚMULA:** *Dispõe sobre o Regime de Adiantamentos, como especifica e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

**LEI**

**Art. 1º** - Fica instituído na Prefeitura Municipal de Apucarana, a forma de pagamento de despesas pelo regime de despesas pelo regime de adiantamento que doravante reger-se-á por estas normas.

**Art. 2º** - Entende-se por adiantamento todo o numerário colocado à disposição de uma Secretaria ou Servidor Público Municipal, sempre precedido de empenho na dotação própria, a fim de lhe dar condições de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência não possam subordinar-se, ao processamento normal de aplicação.

**Art. 3º** - Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento ora instituído, restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei e ocorrerão sempre em caráter excepcional.

**Art. 4º** - O adiantamento mensal de cada espécie de despesa não ultrapassará o valor do duodécimo da dotação correspondente, ressalvados os casos de emergência ou de absoluta urgência.

**Art. 5º** - Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos das seguintes espécies de despesas:

I - diárias de valor fixadas por Decreto do Executivo, para atender a despesas de viagens, alimentação e estadia, quando a serviço da Municipalidade;

II - despesas de viagens, alimentação e estadia, de delegações esportivas ou escolares - representativas da Municipalidade;

III - despesas com alojamento e alimentação de delegações esportivas ou escolares de outros Municípios, que participem de certames organizados pela Prefeitura Municipal;

----- continua -----



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 037/01...

FLS. 02

*IV - despesas com recepções em homenagem de autoridades, quando em visita oficial ao Município;*

*V - despesas com comemorações e datas cívicas e festividades fixas do calendário anual;*

*VI - despesas judiciais;*

*VII - aquisição de gêneros alimentícios para serviços assistenciais e educacionais;*

*VIII - aquisição de medicamentos de urgência para os serviços de assistência do Município;*

*IX - despesas com auxílio à família e pessoas carentes;*

*X - satisfação de despesas miúdas e de pronto pagamento.*

**§ 1º** - O Decreto que fixar as diárias estabelecidas neste artigo, só serão concedidas, se for comprovada realmente a necessidade de pernoite na cidade para onde as diárias são solicitadas, caso contrário, serão apenas ressarcidas as despesas de viagem e alimentação.

**§ 2º** - Nas requisições de diárias, o Secretário que atestar indevidamente para si, ou para Servidor o deslocamento para efeito de recebimento das mesmas, será responsabilizado nos termos desta Lei.

**Art. 6º** - Considera-se despesa miúda e de pronto pagamento, para efeitos desta Lei, as que não ultrapassem o limite de R\$ 300,00 (trezentos reais) e que, cumulativamente, se realizem com:

*I - selos postais, telegramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupa, café e lanche, almoço ou jantas, pequenos carros, transportes urbanos, matérias e serviços necessários a pequenos consertos;*

*II - encadernações avulsas, cópias xerográficas, artigos de escritório, de desenho, impressos e papéis em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo e imediato;*

*III - outra e qualquer despesa de pequeno vulto, de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.*

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O limite de que trata esta lei poderá ser reduzido por Decreto do Executivo.

----- continua -----



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 037/01...

FLS. 03

*Art. 7º - As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remotos, correrão pelos itens orçamentários próprios e seguirão o processamento normal da despesa.*

### CAPÍTULO II

#### DAS REQUISIÇÕES DE ADIANTAMENTO

*Art. 8º - As requisições de adiantamento serão sempre feitas pelos Secretários Municipais ao Prefeito Municipal.*

*Art. 9º - Dos ofícios requisitórios de adiantamento contarão, necessariamente, as seguintes informações:*

*I - dispositivo legal em que se baseia;*

*II - identificação da espécie da despesa, mencionando o inciso do artigo 5º, no qual ela se classifica e a importância requisitada;*

*III - nome e assinatura do Secretário Municipal que requereu o adiantamento;*

*IV - nome completo, assinatura, cargo ou função e repartição do Servidor responsável pelo adiantamento;*

*V - data da requisição; e*

*VI - prazo de aplicação.*

*§ 1º - O prazo para aplicação poderá ser mensal, mencionando-se, neste caso, o valor global do adiantamento, a quantia mensal a ser entregue e os meses de aplicação.*

*§ 2º - O adiantamento solicitado em base mensal somente poderá ser aplicado durante o mês a que se refere ou durante o período de trinta dias a contar da data de entrega do dinheiro ao responsável.*

*§ 3º - Caso o responsável pelo adiantamento em base mensal não prestar contas do dinheiro aplicado até o quinto dia útil ao mês subsequente à aplicação, os valores referentes aos meses seguintes deverão ser imediatamente cancelados, bem como restituir aos cofres públicos o valor recebido, salvo em caso fortuito ou força maior e comprovada utilização do adiantamento no fim ao que foi solicitado.*

----- continua -----



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 037/01...

FLS.04

*Art. 10 - Os adiantamentos serão escriturados como despesa efetiva, à conta das respectivas dotações.*

*Art. 11 - O Ofício requisitório será encaminhado diretamente ao chefe do poder Executivo, para a competente autorização.*

**PARÁGRAFO ÚNICO** - *O Prefeito Municipal, poderá delegar a autorização ao Secretário de Governo, da Administração ou de Finanças.*

*Art. 12 - Autorizada, a despesa será empenhada e paga preferencialmente em cheque nominal a favor do responsável indicado no processo.*

*Art. 13 - Cabe a Diretoria de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições desta Lei, e, constando algum defeito processual, não dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo informando ao reparos que devem ser realizados.*

**PARÁGRAFO ÚNICO** - *Caso a Diretoria de Contabilidade se omita diante de qualquer irregularidade existente no processo de requisição de adiantamento e permita que se efetive o pagamento, o servidor que se omitiu será pessoalmente responsabilizado pelo valor irregularmente adiantado.*

*Art. 14 - Para fins de prestação de contas e controle da aplicação dos adiantamentos, a contagem do prazo para aplicação dos valores adiantados terá início na data de entrega dos valores ao responsável.*

### CAPÍTULO IV

#### DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DOS ADIANTAMENTOS

*Art. 15 - O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa diferente daquela para a qual foi autorizado, devendo as despesas se enquadrarem nas dotações e itens orçamentários próprios, e não se fará adiantamento para despesa já realizada, como também não se permitirá que se efetuem despesas maiores que as quantias já adiantadas.*

*Art. 16 - A cada pagamento efetuado o responsável exigirá o correspondente comprovante, podendo consistir de:*

- I - Nota fiscal de venda a consumidor, emitida por Comerciante, da qual conste o número de inscrição, data, o nome do adquirente, espécie e quantidade da mercadoria, preço unitário e total;*
- II - recibos de serviços prestados ou fornecimento quando se tratar de comerciante, do qual conste o nome e endereço do beneficiário e discriminação da despesa, perfeitamente legíveis;*

----- CONTINUA -----





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 037/01...

FLS. 05

*III - Nota fiscal simplificada;*

*IV - cupom;*

*V - bilhete de viagem e outros documentos que comprovem as despesas realizadas.*

*Art. 17 - Os recibos, notas de venda ao consumidor, notas fiscais, faturas, duplicatas e outros comprovantes de despesas, devem ser passadas em nome da Prefeitura Municipal, e por quem prestou os serviços ou realizou os fornecimentos.*

*Art. 18 - Os comprovantes de despesa terão que estar legíveis, e não poderão conter rasuras, emendas ou borrões que lhe prejudiquem a clareza e exatidão, não sendo admitido em hipótese alguma, segundas vias - ou outras vias, cópias xerográficas, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.*

*Art. 19 - Cada pagamento deverá ser conveniente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço e outras informações que possam melhor explicar a necessidade da operação.*

*Art. 20 - Em todos os comprovantes de despesa constará o atestado de recebimento do material ou da prestação de serviço.*

*Art. 21 - Nenhuma despesa realizada sob o regime de adiantamento poderá ultrapassar o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).*

**PARÁGRAFO ÚNICO** - *Ficam excluídos do limite estabelecido neste artigo, as despesas correspondentes aos incisos I a VI e XII do artigo 5º desta Lei, não podendo estes valores exceder à R\$ 8.000,00 (oito mil reais).*

### **CAPÍTULO V**

#### **DO RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO**

*Art. 22 - O saldo do adiantamento não utilizado será entregue à tesouraria da Prefeitura, mediante guia de recolhimento, onde constará o nome do responsável, identificação do adiantamento, cujo saldo está sendo restituído.*

*§1º - O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de três dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação.*

*§ 2º - A tesouraria classificará o valor do saldo recebido no grupo das receitas extra-orçamentárias.*

*III - Nota fiscal simplificada;*

----- CONTINUA -----



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 037/01...

FLS. 06

**Art. 23** – A contabilidade, à vista da guia de recolhimento, emitirá nota de anulação correspondente, juntando uma via ao processo e registrará a anulação, fazendo a escrituração competente.

**Art. 24** – No mês de dezembro todos os saldos serão recolhidos à tesouraria até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

**Art. 25** – No prazo de dez dias corridos, a contar do Termo final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.

**§ 1º** – A cada adiantamento corresponderá a uma prestação de contas, constituída de comprovantes quitados e revestidos dos requisitos exigidos por Lei.

**§ 2º** – A prestação de contas dos adiantamentos efetuados durante o mês de dezembro deverá ser apresentado até o dia 20 do mesmo mês.

**Art. 26** – As prestações de contas serão examinadas sob os seguintes aspectos:

I – Exatidão dos valores;

II – Obediência às Leis, Decretos, Regulamentos e Normas vigentes;

III – Justificação da despesa.

**Art. 27** – A prestação de contas far-se-á mediante a entrada na Secretaria da Fazenda, dos seguintes documentos:

I – Ofício apresentando a prestação de contas;

II – Balancete de prestação de contas;

III – Relação de despesas realizadas;

IV – Documentos comprobatório das despesas pagas;

V – outros documentos pertinentes à prestação de contas.

**Art. 28** – Não serão aceitos documentos com data anterior ou posterior ao período de aplicação ao adiantamento ou que se refiram à despesa não classificável na espécie do adiantamento concedido.

**Art. 29** – O servidor que não prestar contas no prazo estabelecido nesta Lei, não terá direito a outro adiantamento, podendo os valores lhe concedidos, serem descontados em folha de pagamento.

-----CONTINUA-----



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 037/01...

FLS. 07

### CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

*Art. 30 - Não se fará novo adiantamento:*

*I - a quem não haja prestado contas no transcurso do prazo legal;*

*II - a quem, dentro de trinta dias, deixar de atender notificação para regularizar a prestação de contas; e*

*III - a quem seja responsável por um adiantamento.*

### CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

*Art. 31- Caberá a Secretaria Municipal da Fazenda a tomada de contas do adiantamento.*

*Art. 32 – Recebidas as prestações de contas, elaboradas conforme dispõe o Art.28 desta Lei, a Secretaria da Fazenda verificará se as disposições desta Lei foram integralmente cumpridas e solicitará quando necessário, ao responsável pelo adiantamento, para esclarecer as dúvidas surgidas.*

*§1º - Se o interessado não atender ao pedido de esclarecimento no prazo de três dias úteis, o fato será comunicado ao Prefeito Municipal, que determinará a sustação de novo adiantamento, além de outras medidas que julgar necessárias à regularização do assunto.*

*§ 2º - Se os esclarecimentos prestados não forem considerados suficientes ou se ao interessado não atender o pedido de esclarecimento, poderá o Prefeito Municipal, glosar as despesas impugnadas, determinando que o responsável promova o recolhimento da importância igual à soma dos comprovantes glosados, de imediato.*

*Art. 33 – Se as contas forem consideradas em ordem, a secretaria Municipal da Fazenda, providenciará o respectivo registro contábil, arquivando o processo que ficará à disposição do Tribunal de Contas do Estado.*

*Art. 34 – Não sendo cumprida a obrigação de prestação de contas, após o vencimento do prazo final estabelecido, a Secretaria da Fazenda encaminhará de ofício à Assessoria Jurídica, as informações necessárias para abertura de Sindicância, nos termos da Legislação vigente.*

*Art. 35- O responsável pela aplicação do adiantamento não poderá aplicar os valores adiantados para quaisquer pagamentos em que ele próprio, direta ou indiretamente seja beneficiário ou credor.*

-----CONTINUA-----

APUCARANA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 037/01...

FLS. 08

*Art. 36 – No caso de transporte por meio de veículo não oficial, ou por via aérea, deverão ser certificados pela autoridade superior a autorização desses meios.*

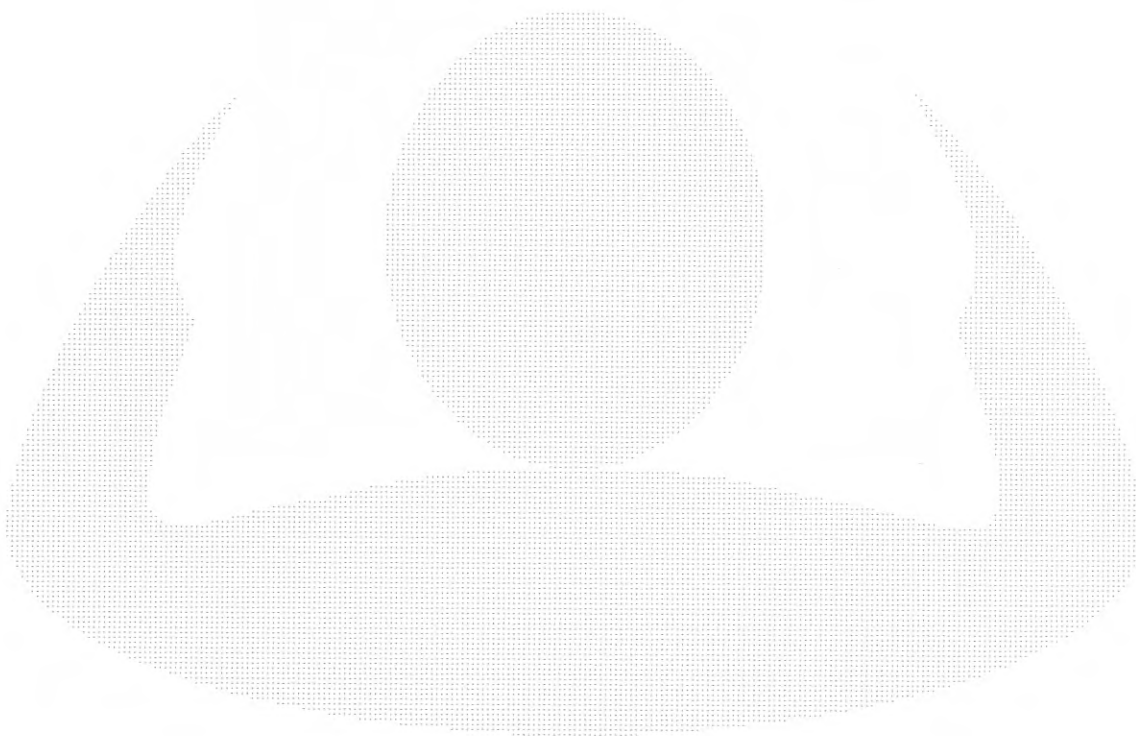
*Art. 37 – Os casos omissos nesta Lei, serão regulamentados através de Decreto do Executivo.*

*Art. 38 – As diárias para viagem ao exterior, serão estabelecidas por Decreto do Executivo, e seguirão os trâmites estabelecidos nesta Lei.*

*Art. 39 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Edifício da Prefeitura do Município de Apucarana, aos 24 dias do mês de maio de 2.001*

  
**VALTER APARECIDO PEGORER**  
Prefeito Municipal



APUCARANA